

Reunião de negociação com o governo Plenário de dirigentes, delegados e ativistas sindicais no dia 6 de maio, a partir das 10h00

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), foi confrontada com o envio pelo governo de um dito Projeto de Proposta de Lei a negociar com esta organização sindical - e a marcação de uma reunião no próximo dia 6, às 11H00 - e, em simultâneo, com a apresentação do mesmo texto à AR, já como proposta de Lei.

Por isso, a FCSAP convocou um Plenário de dirigentes, delegados e ativistas sindicais para a manhã do dia da negociação, frente ao Ministério das Finanças.

Trata-se de uma situação inadmissível, que posterga a Lei da negociação coletiva na AP.

Com efeito, em 23 de abril, o SEAP enviou um projeto de proposta de lei à Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, *"...nos termos e para os efeitos do artigo 6º da Lei nº 23/98, de 26 de maio, projeto de proposta de lei que visa regular, para o ano de 2013, a forma de reposição do subsídio de férias, das prestações correspondentes ao 14.º mês e equivalentes, devidos às pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e aos aposentados, reformados e demais pensionistas"*. E refere a seguir que *"Para efeito de discussão do diploma será posteriormente marcada reunião"*.

Porém, nesse dia, o mesmo "projeto" deu entrada na AR, como Proposta de Lei do Governo, tendo-lhe sido atribuído o n.º 142/XII/2.^a e colocado em discussão pública até 2013-05-15.

Isto é, o governo propõe-se "negociar" com os Sindicatos um projeto de uma proposta de lei para depois enviar à AR que...já foi enviado. Assume assim um arrogante e inadmissível desrespeito do direito à negociação coletiva, consagrado na Lei 23/98, de 26/5. Nestas condições, se a AR viesse a aprovar uma lei com base em tal proposta, ela estaria ferida de inconstitucionalidade.

De facto, ao entregar aquele documento na AR, a possibilidade de lhe fazer propostas de alteração sai da competência do governo e passa para a competência dos deputados, quer dos que apoiam o governo, quer dos que estão na oposição. O governo só através da prática de lóbi poderá influir no processo legislativo, tentando convencer os deputados dos partidos que o apoiam a apresentarem esta ou aquela alteração.

Por isso, a convocação de uma reunião com a Frente Comum para "negociar" um projeto de proposta de lei que já é proposta de lei - e até já foi posta em discussão pública pela AR - assume os contornos de uma provocação aos Sindicatos, pretendendo colocá-los na posição de um serviço tutelado pelo governo a "fazer de conta" que são parte de uma negociação formal, para o governo argumentar que cumpre a lei.

Com esta postura, o governo desrespeita grosseiramente os Sindicatos, achincha a legalidade democrática e atenta contra a própria separação de poderes constitucionalmente estabelecida, além de demonstrar um completo desprezo pelos direitos e interesses dos trabalhadores.

Como já temos afirmado este governo é um governo fora da lei.

Perante o exposto, comunica-se e convida-se esse órgão de comunicação social a assistir ao Plenário de dirigentes, delegados e ativistas sindicais acima referido.

O Gabinete de Informação